



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciência da Saúde – FACS

Curso de Psicologia

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE

IONE SAMPAIO DE OLIVEIRA

BRASÍLIA
JUNHO, 2006

IONE SAMPAIO DE OLIVEIRA

**TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ABUSO SEXUAL
CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE -**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Psicologia do
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.
Professor-orientador: Dr. Maurício Neubern

Brasília/DF, Junho de 2006.

“... Há tempo de chorar e tempo de rir; tempo de prantear e tempo de saltar.” (Ecles.3:4)

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que ao longo da história da humanidade sofreram com a violência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus queridos pais, Antonio (in memoriam) e Maria Carlos, que ensinaram-me a viver de forma alegre e sempre com esperança no amanhã; Aos meus queridos familiares e, em especial, ao meu marido Manoel, pelo amor, carinho, companheirismo e compreensão colocados na nossa convivência diária; Aos meus queridos amigos e, em especial, a Sandra Ventura, pelo carinho e apoio nessa caminhada de cinco anos; Ao meu professor-orientador Maurício Neubern pelo apoio e pela atenção dispensados no decorrer deste semestre, elementos indispensáveis para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo I - TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	10
1.1. O papel da mulher.....	13
1.2. A função da família medieval.....	15
1.3. A criança inserida na economia.....	17
Capítulo II - INÍCIO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO – A MODERNIDADE.....	20
2.1. A criança na modernidade.....	22
2.2. A mulher moderna.....	25
Capítulo III - A SEXUALIDADE INFANTIL - DA ERA MEDIEVAL À MODERNA.....	26
Capítulo IV - ALGUNS ASPECTOS FÁTICOS DO ABUSO SEXUAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	34
Conclusão.....	40
Referências Bibliográficas.....	43

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo traçar a trajetória do abuso sexual, ao longo da história da humanidade, contra a criança e o adolescente. Dessa forma ele expõe como a noção de infância emerge na sociedade, quais os fatores que propiciaram para tal situação e o que levou o fortalecimento desse sentimento. Baseado nessa vertente, esta monografia focou, historicamente, o abuso sexual contra a infância desde a Antigüidade à Pós-Modernidade, retratando os aspectos históricos mais relevantes ao assunto em questão. E dentro deste contexto, procurou-se abranger o tema de maneira que se possa compreender a violência sexual em uma maior concretude, com seus fatores originários e mantenedores.

Palavras-chaves: trajetória histórica, abuso sexual e infância.

ABSTRACT

This work had as aim draws the path of the sexual abuse, along the humanity's history, against the child and the adolescent. In that way it exposes as the notion of childhood emerges in the society, which the factors that propitiated for such situation and what took the invigoration of that feeling. Based on that slope, this monograph focused, historically, the sexual abuse against the childhood from the Antique to the Post-Modernity, portraying the more relevant historical aspects to the treated subject. Inside of this context, it tried to include the theme so that one can understand the sexual violence in it's feature more concret, with their primary and maintainer factors .

Keywords: historical path, sexual abuse and childhood.

Desde os primórdios, a violência é um dos fatores que mais gera angústia no homem, talvez pelo fato de lhe causar dor, sofrimento e marcas que o tempo dificilmente apaga. O interessante é que o ser humano ao mesmo tempo que sofre é o agente causador.

O termo violência, que vem do latim *violentia*¹, significa abuso de força, tirania, opressão, veemência, ação violenta, coação física ou moral, tornou-se um dos temas mais discutidos na pós-modernidade, por esta razão este trabalho focará a violência, mais especificamente o abuso sexual contra a criança e adolescente ao longo da história da humanidade e os fatores que propiciam a sua prática e os mantenedores, desde a antiguidade à pós-modernidade.

Dentro desse contexto, esta monografia discorrerá sobre a importância da noção do público e do privado, dentro da família, para a formação do conceito de criança. Ariés (1981) fala que a ausência do privado dentro da família acarretou por muito tempo a inexistência do que era a infância, pois pelo simples fato de a casa estar aberta para a rua, conseqüentemente não havia o segredo, portanto o sentimento de família não havia sido estabelecido. As crianças eram confundidas com os adultos. O autor ainda relata que esta situação era habitual porque os *“progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. Esse sentimento não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo”* (p. 164). Esta visão está intimamente relacionada a todo grupo familiar, por esta razão será discutido, primeiramente, o papel da mulher, como a criança era vista e quais as suas principais atividades, enfim, a família medieval como um todo e as influências que ela sofria, tanto do senhor feudal como da Igreja dominante da época, para que haja um melhor entendimento de como a criança e o adolescente estavam vulneráveis as sevícias sexuais de seus tutores.

Após a trajetória medieval, será discorrido a função da criança dentro da família na Idade Moderna, qual o seu valor e como ela era vista pela sociedade. De acordo com Corvisier (1976, p. 20) o único objetivo de possuir um filho no início da modernidade era a continuação do futuro da linhagem. Entretanto, foi observado que esse pensamento era pertencente unicamente às famílias com padrão de vida alto, a população mais pobre continuava a viver como estivesse na Idade Média, o que demorou para ser dizimado da sociedade ocidental.

¹ Fernandes, Francisco., Luft, P. Celso., & Guimarães, F. Marques. (1995). Dicionário Brasileiro Globo. (39ª ed). São Paulo: Globo.

Ainda dentro dessa mentalidade, será discutido o papel da mulher moderna, como ela era vista pelo homem, pela sociedade e em especial pela Igreja, tendo em vista que esta ainda mantinha uma grande influência na sociedade da época. Segundo Cáceres (1996, p. 126) as transformações da valorização do ser humano, não serviram para colocar a mulher em uma posição de destaque, uma vez que ela continuava desempenhando um papel secundário. Dessa forma, alguns pontos primordiais são abordados, como por exemplo o poder patriarcal, que contribuiu para que essa situação permanecesse por mais tempo. Contudo, o advento do trabalho externo feminino, a mulher alcançou uma autonomia até então não imaginada. Prost (1997) narra que, a partir do XX, o trabalho fora do lar passa a ser visto por uma ótica libertadora, pois ele passa a ser notado como a sinalização concreta da emancipação da mulher, assim a função da mulher moderna, visando demonstrar como os valores sociais incutidos na família, modifica toda a estrutura familiar e, em meio a isso tudo, a criança passa a ser protegida.

Outro fator que será exposto na modernidade é a influência que a Igreja continuava exercendo na opinião pública. Landin (2005, p. 157) fala que o clero contribuiu muito para a abertura dos asilos religiosos, a fim de que as mães solteiras, moças difamadas, estupradas e meninos sem lares fossem resguardados nesses locais, dessa forma os jovens e até mesmo crianças estavam protegidos dos prováveis infortúnios que a vida tinha-lhes reservado, assim o clero iniciava as práticas de proteção social. Contudo esse trabalho também expõe o lado obscuro dessas práticas sociais, em que muitos se aproveitavam dos jovens internos e, usando o nome da Igreja, cometiam suas atrocidades sexuais.

No terceiro capítulo, a autora fará uma súmula da Idade Média à Moderna apontando os pontos primordiais que contribuíram para a prática do abuso sexual contra crianças e adolescentes. Entre os quais se destacam o poder do Estado e suas políticas sociais e, em especial, a influência do clero exercia na sociedade. Este se valia da crença da população para lhe impor o medo, através de castigos físicos e até mesmo imaginários, como o purgatório por exemplo, assim dominando-a. Confirmando esta exposição, Delumeau (1983, p. 200) destaca que bastasse um preceito não cumprindo para que o clero punisse com as mais atrozes torturas. E para que houvesse uma lição tanto para aquele que transgrediu e também para a sociedade, os castigos eram vistos por todos, até mesmo pelas crianças, para que estas guardassem na memória. Por este motivo, este trabalho frisa a questão do medo, como um fator coercitivo e, conseqüentemente, propiciador do abuso, sentimento que perdura até nos dias atuais.

Em relação ao poder estatal, será frisado como ele atuava na sociedade medieval e o seu exercício na Idade Moderna. Santos (1999, p.86) expõe que, na modernidade, o Estado começou a possuir um poder maior que a Igreja, por esta razão ele passa a reter uma certa competência de definir e fazer cumprir as ações do sujeito. A partir desse ponto, será discutida a noção do abuso sexual, não somente como pecado, mas como transgressão da lei, que passou a cuminar penas.

Esses dois fatores supracitados foram atrelados a noção da sexualidade incutida nas sociedades da época, demonstrando uma visão melhor de como o abuso sexual contra criança e adolescente era cometido e os seus fatores propiciadores. Tendo em vista que a noção do abuso sexual dentro de uma sociedade, segundo Gabel (1997, p.12), *está necessariamente ligada às mudanças nas relações entre os interesses do Estado, da família e da criança em particular, ao papel atribuído à criança numa sociedade determinada.*”

No concernente a atualidade, especificamente na sociedade brasileira, serão mencionados dois fatores de suma importância sobre a criança e o adolescente e sua exposição e vulnerabilidade ao abuso sexual. O primeiro refere-se à importância do surgimento de políticas sociais visando ao bem-estar da criança e do adolescente e, neste contexto, será mencionada até onde a intervenção estatal, no seio da família, pode ser benéfica. O segundo expõe como o adulto da pós-modernidade, em meio a tantas mudanças sociais, educa a criança e, em consequência dessa educação, como ela é observada dentro da sociedade brasileira. Calligaris (1996) discorre que a tendência de vestir a criança como um “adulto em miniatura” proporciona uma exposição maior da criança, uma vez que esta é vista não com inocência e sim como alguém que desperta desejos. Dessa forma, esse trabalho visará expor como a exposição da criança como adulto é um dos fatores de vulnerabilidade da criança para o abuso sexual na atualidade.

Nessa trajetória histórica do abuso sexual contra a criança e o adolescente, a sexualidade tanto do adulto como da criança será abordado de maneira enfática nesta monografia, comprovando ser esse fenômeno uma das molas propulsoras para tal situação.

I. TRAJETÓRIA HISTÓRICA

No decorrer da história da humanidade, a negligência contra a criança e adolescente foi um dos pontos marcantes da cultura humana, pois não havia a noção de fragilidade inerente à infância, pouco se discutia sobre o assunto e, conseqüentemente, não existia uma política de proteção. Azambuja (2004, p. 21), citando Lourensz e Powell, expõe que a prática de violência contra a criança era tida como normal na antigüidade, pois existe um número muito grande de registros bíblicos e mitológicos sobre infanticídio e fratricídio. O autor ainda narra alguns episódios:

Caim matou Abel, enquanto zeus seqüestrou o jovem Ganimedes para lhe servir de copeiro e amante. O livro A Vida dos Doze Césares, de Suetônio, registrou as inclinações sexuais do imperador romano Tibério com crianças: ele se retirou para a ilha de Capri com várias crianças pequenas, as quais forçava a cometerem atos sexuais vulgares e a atenderem a seus desejos pornográficos.

No Oriente Antigo, em meio a um período de declínio, surge o rei Hamurábi de Babel (1728-1686 a. C) que criou o mais antigo código do mundo, o Código de Hamurábi, o qual tinha como introdução “*disciplinar o mal e os maus-intencionados e impedir que o forte oprima o fraco*”. Esse grande legislador tinha como objetivo primordial a aplicação do direito de forma mais humana. As leis em seu código disponibilizavam especial atenção às viúvas, aos órfãos, aos filhos expostos às sevícias de um pai tirano e às mulheres indefesas. Para uma época em que não havia proteção para a criança exposta a sevícias de seus cuidadores, esse código foi um grande passo em prol da proteção da infância no oriente.²

Na civilização hebraica, condenava-se, através da lei mosaica, escrita pelo patriarca Moisés, o casamento de um homem ou uma mulher com neto (a), irmão (ã), com mãe e filha, sobrinha, tais uniões eram tidas como abomináveis à sociedade hebréia. Dentro dessa visão, no âmbito familiar, constata-se que a criança, nessa questão, estava preservada de

² GRIMBERG, Carl. O império das Pirâmides. Vol. 2. Santiago: Impressão Cochrane S.A. 1989.

casamentos precoces com adultos. Em certo ponto a infância estava preservada dos casamentos arranjados com adultos, contudo esses atos mantiveram-se patentes por muito tempo no Egito e pelo povo cananeu, pois esses povos faziam os casamentos, justamente, para não passar a herança para outras famílias ou não misturar a linhagem nobre e, com isso, mantinham suas herdades. Entretanto, as crianças estavam expostas a uniões desiguais, tanto física como psicologicamente.³

Cáceres (1996, p. 68) fala que a sociedade espartana tinha o homem como um guerreiro, este por sua vez era tirado do seio de sua mãe desde a infância, a partir dos 6 anos de idade, para ser treinado para a guerra, após completar trinta anos de idade voltava para o seu lar, visando constituir uma família. Diante da literatura encontrada sobre essa sociedade, presume-se que os espartanos não distinguiam a infância da fase adulta, desde cedo a criança era tratada como adulto. Contudo o pior era quando esta apresentasse algum defeito físico ou pelo mesmo aparentasse, logo era preparada para a morte precoce. Azambuja, citando Malet (p. 24 e 24), narra que em Esparta “*a criança ao nascer era examinada pelos anciãos da tribo. No caso de apresentar alguma imperfeição, era lançado nos rochedos de Taigeto.*”

No período da Idade Média, no Ocidente, a noção de criança, simplesmente, não existia, todavia esta concepção não significava que ela fosse negligenciada ou até mesmo abandonada, uma vez que o sentimento da infância não significava o mesmo que afeição. Não havendo esta noção, a criança, logo que estivesse sem a necessidade dos cuidados maternos básicos, era vista como um adulto e desta forma crescia. Havia, também, uma alta taxa de mortalidade nesta faixa etária e, devido a esta situação, ela simplesmente não era contada quando muito pequena, pois a morte estava iminente e o pensamento de perda era visto como algo comum e corriqueiro.

Assim, em relação a vida cotidiana, logo que fosse passado o risco de morte, ela estava misturada com os adultos, seja em reuniões de trabalho, passeio ou em jogos. Em qualquer lugar, mesmo nas tavernas mal-afamadas, lá estava a criança junta com os adultos. Assim ela “aprendia a viver” para mais tarde se tornar adulta. E um dos fatores mantenedores deste sentimento correspondia ao fato que desde cedo ela ficava separada dos pais, entregue a famílias estranhas, para que estas ensinassem-lhe como se tornar um homem digno, portanto, os pais estavam impossibilitados de nutrir um sentimento existencial profundo com os seus próprios filhos (Ariés, 1981, p. 158).

³ Bíblia de Estudo Almeida. Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo: SBB, 1995.

Na criação cultural, a criança era vista como um adulto em miniatura, pois os artistas retratavam a concepção da época, vendo-a como um homem em pequenas proporções. Pode-se perceber esta afirmativa pelo relato de Ariés (1981, p. 15) sobre uma miniatura otoniana do século XI.

O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas...Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor.

No que se refere à aprendizagem, os colégios eram depósitos para estudantes pobres, não havia ensino nestas instituições, elas eram fundadas por doadores, bolsistas, e todos que as freqüentavam viviam em comunidade, seguindo estatutos, que davam tratamento indistinto às crianças e aos adultos. Esta situação repete o que acontecia fora da escola, misturando-se crianças, adultos e velhos em um mesmo local. Referente ao tema, Ariés (p. 109) explana sobre esse episódio:

Essa mistura de idade continuava fora da escola. A escola não cercava o aluno...A maior parte dos alunos moravam onde podiam, com o habitante local, vários em cada quarto. E é preciso admitir que aí também os velhos se misturavam com os jovens... Assim que ingressava na escola, a criança entrava imediatamente no mundo dos adultos.

Percebe-se, nesse momento da história, que a criança, ser tão frágil, o qual requer cuidados e atenção, necessitando nessa fase de alguém que a proteja, ensine com carinho e, ao mesmo tempo, com autoridade, ficava em uma situação exposta, alvo fácil de maus-tratos psicológicos, físicos e até mesmo, demasiadamente, vulnerável a investidas sexuais por parte dos adultos que a cercavam, uma vez que a noção do sentimento de infância era neutra, não tinha validade.

2.1 O papel da mulher

Cáceres (1996, p.126) salienta que a mulher medieval era colocada pela sociedade em um lugar secundário, reforçado pela igreja, a qual a tinha como algo diabólico. Por esta razão, ela estava pré-destinada a um casamento ou a um convento e, quando casada, tinha que gerar filhos para continuação da linhagem. Havia, também, a necessidade de trabalhar e aceitar as inúmeras traições do marido, o que era tido como natural. No entanto, o adultério feminino era severamente castigado, até mesmo com a morte da mulher, enquanto ao homem que adulterava com a mulher casada era tido em destaque por sua virilidade. Já em relação ao destino das filhas das camponesas que viviam em tabernas, ele já estava traçado da forma mais cruel, prostituindo-se como a mãe ou, nas melhoras das hipóteses, serem acolhidas em um convento, portanto, o casamento estava, praticamente, fora do sonho dessas jovens donzelas, pois nenhum homem se atreveria, por mais pobre que fosse, carregar para o resto de sua vida o estigma de marido de uma prostituta.

Apesar dessas intempéries imposta à mulher, cabe frisar que nos tempos antigos, em determinadas civilizações, ela exercia um papel notório diante da sociedade, na Grécia homérica, por exemplo, *“nas lendas e nas epopéias a mulher desempenhava quase sempre o papel principal...ela se movimentava entre os homens e até mesmo tomava parte nos sérios discursos.* (Durant, 1957, p.66).

Entretanto, no decorrer dos tempos, a mulher passou a ocupar uma posição secundária diante da sociedade, ao mesmo tempo que era um objeto de cobiça, desempenhava o papel de serviçal da família e, também, era vista como algo maléfico para o caráter do homem, essas funções variavam de acordo com seus atributos físicos. Segundo Durant (1957, p. 63), nas guerras antigas, o vencedor tinha como direito diante dos vencidos matar os homens ou vendê-los como escravos e as *“mulheres usadas como concubinas, se possuísem atributos, ou como servas, se fossem feias”*. Dessa forma, a mulher vivia numa sociedade que a excluía de qualquer possibilidade de exercer uma função pública e de possuir responsabilidades fora àquelas já determinadas.

No que se refere às meninas, estas eram ensinadas de forma diferente dos meninos, a partir dos 10 anos de idade elas já se tornavam verdadeiras mulheres em miniatura, pois os pais davam-nas em casamento, tornando-as em donas de casa com seus afazeres domésticos e obrigações maritais. Ariés (1981, p. 77) relata o casamento de Luís XIII, na época com 14 anos e sua jovem esposa 12 anos, foi colocado quase a força na cama

de sua esposa na noite de núpcias e, segundo os escritos fala, voltou para os braços de sua mãe, contou que tinha feito relações sexuais duas vezes com sua mulher de 12 anos, o que foi constatado e tido como verdadeiro, pois o pênis do jovem marido estava vermelho. Este foi o relato do homem, o da mulher nem se quer era percebido, muito menos anotado. Os meninos pelo menos freqüentavam a escola, as meninas, por sua vez, nada aprendiam, a não ser o serviço inerente a uma dona de casa ou, quando muito, eram enviadas a conventos, nos quais somente recebiam ensinamentos religiosos. (Ariés, 1981, p. 126) relata:

Além da aprendizagem doméstica, as meninas não recebiam por assim dizer nenhuma educação. Nas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam nada...as mulheres eram semi-analfabetas. Criou-se o hábito de enviar as meninas a conventos que não eram destinados à educação, onde elas acompanhavam os exercícios devotos e recebiam uma instrução exclusivamente religiosa”.

Apesar de uma grande maioria ser analfabeta, a mulher mantinha o direito de substituir o marido quando este morresse ou ficasse inválido, mas, a partir do século XIV, com o advento do poder patriarcal, houve um retrocesso na posição da mulher casada, ocorrendo uma “*degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar. Ela perde o direito de substituir o marido ausente ou louco...Finalmente, no século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz, e todos os atos que faz sem ser autorizada pelo marido ou pela justiça tornam-se radicalmente nulos. Essa evolução reforça os poderes do marido, que acaba por estabelecer uma espécie de monarquia doméstica*” (M. Pelot citado por Ariés, 1981, pag.145).

Além disso, a mulher era tida como algo sedutor e, portanto, diabólico, capaz de levar os homens e, até mesmos, aos mais puritanos da época, os padres, a cometerem os mais pecaminosos atos. Goff (1993, p.141) narra sobre as visões do purgatório, muito debatidas e tidas como verdades na Idade Média, do monge Wetti:

Noutros locais assistiu a muitas e diversas torturas infligidas a numerosos padres e às mulheres que eles haviam seduzido e que estavam mergulhadas no fogo do sexo. O anjo disse-lhe que no terceiro dia elas seriam chicoteadas sobre o sexo.

Observa-se que a mulher além de se encontrar inserida em uma sociedade que a tinha em segundo plano, pois ela estava em um patamar inferior ao do homem, era tida como algo prejudicial para a pureza do homem, tendo em vista que ela poderia despertar os instintos mais selvagens e o que era pior, levá-lo para o purgatório ou, até mesmo, para a condenação eterna, o que era preconizado pela Igreja. No mais, ela somente servia para cuidar do marido, procriar e cuidar dos filhos. Esta era a mulher medieval, sem voz, sem opinião, sem direito de opinar sobre sua própria vida.

2.1 A função da família medieval

Nesta época, ainda não existia a noção definida de privado e público, conseqüentemente, o sentimento de família não havia sido estabelecido, como hoje em dia, todos viviam juntos, assim confundir a criança, o adolescente e o adulto era comum, um sentimento normal para a sociedade medieval. Esta situação era habitual porque os *“progressos do sentimento da família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. Esse sentimento não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo”* (Ariés, 1981, p. 164). Este autor, ainda, expõe que *“a família se transforma profundamente na medida em que modifica suas relações internas com a criança”*. Constata-se, então, que um dos pontos que contribuiu para que esta situação perdurasse por muito tempo foi a ausência da concepção sobre a infância, uma vez que este sentimento está intimamente ligado a família.

Cáceres (1996) cita que a relação dos servos com os senhores feudais extrapolava o pagamento de obrigações e taxas, ocorriam vínculos que chegavam a vida privada e íntima dos servos. O casamento somente se realizava com a autorização do senhor feudal, o qual também tinha por direito passar a primeira noite com a mulher de seu servo. Dessa maneira, o servo mantinha uma relação extrema de escravidão para com o seu senhor, uma vez que não tinham opinião própria e, também, não podiam opinar sobre sua vida pessoal.

Dentro deste contexto, ainda, surge uma nova problemática: a mão-de-obra, os soldados, a população em geral corriam o risco de ficar consideravelmente menor, pois as crianças tinham uma perspectiva de vida mínima, havia pestes, fome, enfim, a mortalidade era vultosa. Por este motivo, a igreja, detentora de um considerável poder na época, começou a

fazer um movimento em prol da criança, com a finalidade de que elas não morressem tão cedo, investiu-se no pensamento que se deveria cuidar e protegê-la, para que elas não tivessem uma vida tão breve. As mães deveriam cuidar de seus filhos e não mais deixá-los com outras famílias. E para implantar esse novo conceito sobre a infância, a igreja utilizou a *“imagem de Jesus sendo cuidado por Maria, pois dessa forma se ligava ao mistério da maternidade da Virgem...No século XIII, essa imagem inspirou outras cenas familiares”* (Ariés, 1981, p.19). Esse pensamento se fortaleceu porque a igreja detinha uma grande influência, segundo Cáceres (1996, p.129), *“num tempo de insegurança, guerras, fome, epidemias, uma religião que propunha uma vida melhor após a morte era um grande consolo para esses homens desesperançados.”* Compartilhando dessa idéia, Goff (1991, p. 142) fala, que a igreja além de deter esse poder, através da esperança de um dia melhor, incutiu na sociedade na época a idéia de um purgatório, lugar onde as almas pagavam seus delitos, para chegar ao paraíso. O que, também, levou a sustentar a questão de torturas, as quais os chamados hereges eram submetidos, pois seguindo a mentalidade da situação tinham como verdade que:

(...) depois da morte do corpo, a alma não fica privada de sentidos e, ainda com a ajuda de Santo Agostinho (em Genesi ad Litteram, XII, 33), Julião afirma que a alma tem uma imitação do corpo (similitudo corporis) que lhe permite sentir o repouso ou os tormentos...Sendo o castigo proporcional ao seu pecado...Santo Agostinho pensa que ele começa com as tribulações terrenas. Tal como os condenados são torturados proporcionalmente à gravidade dos seus pecados, também os expurgados apenas demoram no fogo o tempo correspondente à importância de sua imperfeição (p.142).

Em meio a toda essa demanda, nasce, timidamente, a noção do privado, pois era importante os pais se voltarem para dentro de suas próprias casas, conseqüentemente, o sentimento de infância e o de família afloram. Essa nova visão foi se fortalecendo de tal forma que Ariés (1981, p.185) afirma que o núcleo familiar começou a colocar e manter a sociedade à distância, longe de seus convívios, os vizinhos não mais eram figuras presentes no seio da família, eles encontravam-se *“aquém de uma zona mais extensa de vida particular”*. Dessa forma, a estrutura da casa passou a ter uma nova preocupação, defendendo-se contra o externo, aquilo que não mais estava dentro do privado. Essa situação

correspondeu um novo fator que surgiu: a necessidade de isolamento, a qual foi se solidificando de tal forma que *“no fim do século XVIII, não se usava mais ir à casa de um amigo ou sócio a qualquer hora, sem prevenir.”*

Evidencia-se, então, que na idade medieval a noção do privado e do público estavam confundidas, não encontravam-se diferenciadas no sentimento da sociedade, conseqüentemente, a família estava totalmente aberta para o exterior, não havia se quer a idéia do segredo da família, que hoje em dia tem-se. Assim o homem vivia exposto em suas mais íntimas situações, invadido em seu próprio lar. Contudo, no final da idade média, percebe-se um pequeno afloramento do privado, pois a família começa a voltar-se para si, para seus problemas secretos. Tal situação é patente, devido o enfraquecimento do poder da época, quando o homem senti-se isolado, sem proteção do seu senhor, procurando refúgio e segurança no seio de sua família e, dessa forma, ela passa até o seu privado.

2.1 A criança inserida na economia

Na economia Medieval, a agricultura é a estrutura basilar da sociedade, voltada para a subsistência. Todos os poderes político, econômico e jurídico concentram-se nas mãos dos senhores feudais, os quais recebiam as terras do rei, em decorrência disso, todo poder girava em torno do possuidor das propriedades. Esta estrutura política estabelecida nesta época fez com que o homem comum, não possuidor de terras, denominado o vassalo, ficasse à mercê das ordens de seu senhor. Assim, a relação de trabalho era tida entre a vassalagem e a suserania. O suserano dava a terra ao vassalo, para este produzir e prestar fidelidade ao senhor do feudo, aquele por sua vez dava em troca a proteção e um lugar no sistema de produção. (Cáceres, 1996, p. 122 e 123).

Dentro deste contexto, havia a inexistência da noção de criança, pois segundo Ariés, passado os cinco ou sete primeiros anos, a criança se fundia sem transição no mundo dos adultos e, por conseqüência, a ela era vista como um adulto em miniatura, contribuindo com sua mão-de-obra para este meio de produção. Enquanto outras eram confiadas a mestres por contratos de aprendizagem. Sendo especificado ao mestre que deveria “ensina-lhe”, mostrando os detalhes de seu trabalho ou que deveria fazer-lhe freqüentar a escola. No entanto, a principal obrigação da criança confiada ao mestre era de “servi-lo bem e devidamente”, pois assim a criança estava desempenhando sua função de aprendiz, portanto

logo cedo era lançada no mercado para o trabalho juntamente com os adultos, fato comum na Idade Média.

Observa-se que, na época medieval, a criança era logo inserida na área de trabalho e em geral o serviço doméstico era o mais difundido, pois ele era tido como uma forma costumeira de aprendizagem. Tinha-se a idéia de que ela deveria aprender pela prática e esta prática não se limitava somente a profissão, mas a vida privada, uma vez que não havia o limite do privado e público. Fato interessante e notório era que o mestre transmitiria a criança seus conhecimentos, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humanos que pudesse possuir, através do serviço doméstico, porém seu filho não estava inserido nessa instrução, mas o filho de outra família, pois era comum colocar o filho nas mãos de outra família, com ou sem contrato, para que esta o ensinasse a maneira de um cavaleiro ou um ofício (Ariés, 1981).

Pode-se notar que a prática de serviços domésticos era tido como uma maneira comum de ensinar a criança, única forma de aprendizagem disponível na época. Ariés (1981) fala, ainda, que o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, assim como não havia um limite entre a vida privada e a pública. Sendo difundida essa prática independente das condições sociais. E mesmo nos séculos XV e XVI, quando se começou a distinguir o serviço doméstico dos ofícios mais nobres, as crianças continuavam a servir à mesa e não os empregados pagos, prolongado até o século XVII esse costume de os filhos serem encarregados do serviço de mesa. Enquanto Cáceres (1998), fazendo uma distinção dos serviços inerentes às crianças, relata que *“essa Idade Média da morte, da vida breve, da fome, da loucura, do medo da escuridão e do sobrenatural não tinha ternura para dar a suas crianças. Se o garoto fosse nobre, logo ia aprender as artes guerreiras; se fosse pobre, logo estaria executando seu aprendizado agrícola.*

Enfim, o fato de a criança não ser vista como um ser, mas sim como um objeto que tinha como finalidade servir e divertir os adultos, foi a mola propulsora para que tal situação perdurasse por muito tempo. Em regra a criança era vista como uma propriedade, assim como o empregado, dessa forma o trabalho era visto como algo corriqueiro, comum e até mesmo essencial para a formação de caráter. Ariés (1981) fala desse sentimento de propriedade pela forma em que a criança e o criado eram tratados, este último por sua vez nem sequer recebia salário. Nas palavras desse autor (p. 183):

A noção de serviço ainda não se havia degradado. O fato de estar “na dependência” de outrem ainda não havia assumido o caráter humilhante que adquiriu depois. Quase sempre uma pessoa “pertencia” a alguém...por esta razão não se pagava aos criados um salário, como hoje...dava-se-lhe uma recompensa: as relações eram menos de justiça do que de proteção e piedade, o mesmo sentimento que se tinha pelas crianças.

Constata-se, então, que a criança na idade média tinha um papel importante para a economia, pois não havendo o sentimento da infância, ela era tida como um aprendiz, estando no mesmo nível dos criados, ajudando os adultos em seus trabalhos, estando presente nos labores diários dos adultos. Essa forma de trabalho estava impregnada naquele século, tendo em vista ser uma forma de aprendizagem e, conseqüentemente, algo bom, que serviria para ensinar a este pequeno ser tornar-se um adulto.

II. INÍCIO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO – A MODERNIDADE

A partir do século XIV ocorreu uma desagregação do sistema feudal, a economia começou a ser modificada, surgindo o comércio, que mais tarde culminou nas grandes navegações. Já na política houve uma centralização de poder, agora ele estava em novas monarquias de abrangência nacional, que deram origem as atuais nações e formas de governos e não mais particularizado nos feudos. Dentro deste contexto, o comércio aumentou a sua influência, dando origem aos burgos, o qual, por sua vez, propiciou ao surgimento de uma nova classe – a burguesia, esta se interessava pelo poder centralizado do rei, tendo em vista que a fragmentação do poder dos senhores feudais era prejudicial ao comércio, pois cada feudo determinava suas normas, enquanto que o rei iria proporcionar a unificação das leis (Ferreira, 1988, p. 7).

A Igreja Católica, que, na Idade Média, era detentora de um poder comparado ao do Estado, diante dessa transição, sofreu uma perda considerável de sua influência exercida sobre a sociedade da época, o que foi um dos fatores propulsores para que surgisse uma série de movimentos, os quais culminaram na Reforma Protestante e, no cultural, o Renascimento ou Renascença. Cáceres (1996, p.158) expõe que:

(...) todas essas transformações estão intrinsecamente ligadas entre si e atuando umas sobre as outras...e foi, justamente, dentro das universidades, novos centro de saber que se desenvolveram a partir do século XI, que surgiu a cultura renascentista. Nas universidades, retomou-se o estudo da cultura greco-romana e criticavam os ideais de vida da Idade Média, como a escolástica, o coletivismo e o código de honra da cavalaria, o que muito contribuiu para o desenvolvimento do espírito renascentista.

Aríes (1995) relata que a partir dessas situações o papel do Estado, que era representado pela figura do rei, não parou mais de se “impor sob modos e meios diferentes. Verifica-se, então, que o Estado começa a atuar de forma rígida, interferindo e atuando no espaço social, ditando o certo e o errado para a sociedade. E para que esta situação ganhasse campo de atuação, segundo este autor (1995) foi necessário o surgimento de duas tendências, a saber: “o Estado amplia seu domínio através dos aparelhos de justiça, política e finanças; e o desejo dos cidadãos de participarem da coisa pública.” Dentro dessa atuação, o Estado

começa a definir papéis, os quais irão definir os indivíduos dentro da sociedade, o rei, os burgueses detentores do poder e os demais. Esta sociedade passa, então, a ditar que a propriedade é o princípio do poder, possuir o material é sinônimo de riqueza. Por esta razão, os ricos da época são impulsionados a buscar mais riquezas, que seriam o sinônimo de bens e de propriedades. O homem fica muito mais em evidência pelo o que ele possui, sendo que o poder de influência é gerado pela quantidade de seus bens, gerando, assim, uma busca incessante pelo ter, pelo possuir.

Ariés (1995) ainda coloca que, em meio a esta nova visão do homem e, conseqüentemente, da infância, em 1792, praticamente, o rumo do Estado se inverteu, a monarquia caiu, e a República foi proclamada. Contudo o Estado, como República, continuava a exercer o poder e a reger a sociedade, agora com muito mais influência. Ela se ergueu com a vontade de tornar todos os cidadãos iguais, mediante a esta situação o autor expõe que *“enquanto esta promessa não se concretiza, a República está em perigo... Cabe aos cidadãos defendê-la...num combate incessante que envolve a totalidade da vida”*. O que perdura até nos dias de hoje, a República atual, esta manteve a forma, mas não os princípios idealizados em prol do bem comum, contra os abusos, protegendo os indefesos e fazendo a justiça reger.

Nessa visão, Bauman (2001, p. 132) coloca a idade moderna em dois focos, o primeira ele chama de modernidade pesada, concreta. O período das grandes navegações esclarece de maneira prática como era a visão da época. Tinha-se uma *“modernidade pesada – a modernidade obcecada pelo volume, uma modernidade do tipo “quanto maior, melhor”, “tamanho é poder, volume é sucesso”... Essa foi a era da conquista territorial...”*. Atualmente, que é o segundo foco, ocorre a passagem desse modelo para uma modernidade líquida, fluída, a qual *“anuncia o advento de um capitalismo leve e flutuante, marcado pelo enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho*. Com esse momento, observa-se que o modo capitalista sofre uma modificação, os lucros já não dependem do comprometimento de local para o trabalho. Mediante esses acontecimentos, o autor ainda relata que as mazelas que fazem sofrer o homem moderno, como os medos, ansiedade e angústias, são para ser vivenciados pelo indivíduo isoladamente, a sociedade está de forma patente excluída deste contexto.

Em meio a esses acontecimentos, é notório que a noção sobre criança foi modificada, o Estado de forma patente intervém de forma rígida sobre a concepção do proteger a criança, agora a família tinha que prestar contas de seus atos, não somente a

sociedade, mas também ao Estado, agente disciplinador e, ao mesmo tempo, detentor do poder de fazer valer os direitos do cidadão.

2.1 A criança na modernidade

De acordo com Corvisier (1976, p.20), no início da modernidade, a criança tinha unicamente como objetivo a continuação do futuro da linhagem, isso se tratando de famílias abastardas; já nas famílias pobres, além desta nova mentalidade, as crianças, ainda, continuavam sendo tratadas com a mentalidade feudal, o coletivismo entre crianças e adultos, mas agora era dentro da mesma família, pois a finalidade era encher a casa de crianças, uma tentativa de superar a morte precoce e dar continuidade à linhagem. Ariés (1995, p.313) discorre sobre o assunto.

A criança era considerada um rebento do tronco comunitário, uma parte do grande corpo coletivo que, pelo engaste das gerações, transcendia o tempo... sendo a sua aprendizagem uma forma de fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a supera os revezes da sorte e principalmente a transmitir também vida, a fim de assegurar a continuidade da família.

Assim o desejo de dar continuidade a vida torna-se uma preocupação, pois esta é passageira, fazendo dessa forma com que os adultos olhassem com mais cuidado para a preservação e manutenção da linhagem. Ariés (1995, p. 316) fala que o homem ficou “*empenhado em manter a linhagem, estabelecendo o elo entre o passado e futuro...assim, os comportamentos familiares começam a mudar*”. A partir de então o homem passa a ter noção da brevidade da vida. E que era necessário ele preservar os bens familiares através de seus filhos, este por sua vez é tido somente como o futuro da linhagem, aquele que irá ajudar a perpetuar o nome e o patrimônio da família.

Contudo esse modo de perceber a criança não perdura por muito tempo, pois com o fortalecimento do comércio, emerge o capitalismo, juntamente com a Renascença, trazendo uma nova visão mais racional sobre o homem, sobre sua importância e, conseqüentemente, sua valorização. Agora o cuidado com o corpo e o sentimento de pertencimento são patentes

ao homem, que, então, busca perpetuar sua existência através de seu filho. “*A criança passa a ocupar um lugar tão importante entre as preocupações dos pais: é uma criança que amam por ela mesma e que constitui sua alegria de cada dia*” (Ariés, 1995). O filho passa a ser objeto de investimento existencial. É nessa situação que a criança ocupa um lugar central no seio da família, a qual, por sua vez, apresenta-se neste momento como um “*lugar de afetividade, onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância (bom ou mau)*” (Ariés, 1995, p.15).

Inserida nessa situação, a Igreja Católica, apesar de ter perdido uma parcela da grande influência exercida na Idade Média, continuava a desempenhar um papel importante na formação de opinião dentro da sociedade, controlando e ditando aquilo que era certo ou errado, inclusive no controle e repressão da sexualidade. No século XVIII, deu início a abertura de asilo religiosos para que as mães solteiras, moças difamadas, estupradas fossem redimidas nesses locais, os mais famosos eram o asilo madalena e a escola industrial, na Irlanda. As moças entravam ainda jovem nessas instituições, sem nenhuma perspectiva de saída, quando conseguiam tal feito, já tinham alcançado a meia idade e, como não tinham família construída, a única forma de sobrevivência era voltar para o asilo e esperar a morte, estavam condenadas para sempre a clausura. Dessa forma, viviam as jovens que cometiam atos tidos libidinosos. Os meninos também sofriam com esta situação, quando os pais eram tidos como incapazes para criar seus filhos, que eram enviados a “escola industrial”, ligada aos asilos para moças, todos dirigidos pela Igreja. Essas instituições foram fundadas no século XIX, no entanto, no século XX ocorre uma descoberta estarrecedora para a história, essas instituições que eram destinadas a proteger as mulheres, adolescentes e crianças, na verdade serviam de prisões e, também, propiciavam a prática do abuso sexual contra seus internos, eram um inferno para quem necessitava e um paraíso as sevícias sexuais de alguns religiosos que deturpavam os preceitos cristãos (Landini, 2005, p. 157 e 158). O mesmo autor citando Inglis, (1998, p. 171) expõe que,

(...) por trás dos discursos católicos a respeito do celibato, pureza, inocência, virgindade, humildade e pena existiam práticas como o abuso de crianças, incesto, pedofilia, estupro, aborto e infanticídios. Passamos das confissões extraídas pelos padres para a exposição...dos pecados dos bispos, padres e irmãos.

No Brasil, a situação também não diferenciava muito, em relação a exploração da criança, pois, segundo Vecina e Ferrari (2002, p.48), “*no Brasil desde os primeiros momentos de colonização, na então colônia de Santa Cruz, observa-se a tentativa de adestramento físico e mental a que foram submetidas as crianças indígenas pelos jesuítas. Nas minas setecentistas, destacam-se aspectos da sexualidade infantil, como a pederastia.*”

O abandono também era comum nessa época no Brasil, também chamado exposto. Essa prática tornou-se tão corriqueira que alguns seguimentos da sociedade, entre eles a Igreja Católica, eram mais empenhados, mobilizando-se para ajudar essas crianças e adolescentes que não tinham nenhuma perspectiva de vida, encontrando-se em situação calamitosa, sendo maltratadas e até mesmo abusadas sexualmente. Essa situação dava-se pelo fato de que, durante este período, muitas mães viram-se obrigadas a abandonarem seus próprio filhos, colocando-os na *roda dos expostos*⁴. E um dos fatores propulsores para tal ato era o nascimento da criança fora da legitimidade do casamento. “Não é de exagero afirmar que a história do abandono é a história secreta da dor feminina”, uma vez que a mulher estava obrigada pela sociedade a não ser mãe solteira. (Venâncio, 1997, p.189).

Cabe ainda frisar a situação da criança no Brasil colonial, a qual, quando escrava, era tratada das piores maneiras possíveis, como aquelas que viam em navios acompanhadas de seus pais, novos colonizadores, pouquíssimas conseguiam chegar ao país com vida, pois as condições pelas quais eram submetidas e aos abusos sexuais contribuíam para que ela não chegasse viva ao seu destino, dessa forma a criança era submetida a situações pelas as quais ela estava impossibilidade de lutar para sobreviver (Ramos, 2000, p. 49).

Dessa forma, percebe-se que apesar dos avanços obtidos nesse período sobre a importância de reconhecer a criança como um ser que necessita de atenção, carinho, cuidado e educação, ocorreram grandes falhas no sistema criado para proteger e educa-la. No entanto, não se pode negar que os avanços aconteceram e foram uma mola propulsora para que o século seguinte olhasse com mais ternura para este ser.

2.2 A mulher moderna

⁴ “A Roda dos Expostos procurava evitar os crimes morais, protegendo as mulheres brancas e solteiras dos escândalos, ao mesmo tempo que oferecia alternativa à crueldade do infanticídio” (Araújo, Pedrosa Renata. SER MÃE NA COLÔNIA: A condição da mulher sob o aspecto da maternidade irregular-Séculos XVII/XVIII. <http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.rtf>)

Segundo Cáceres (1996, p.158 e 159), em meio a essas transformações da valorização do ser humano, na Renascença, a mulher continuava desempenhando um papel secundário, pois quando os humanistas se referiam na “dignidade do homem”, esta se relacionava somente ao sujeito do sexo masculino, rico e que morava nos burgos. Casualmente, pensava-se nas mulheres, mas como alguém destinado à procriação, ela era vista como um “*ser biologicamente inferior ao homem*”. Observa-se, então, que a mentalidade patriarcal estava incutida na mentalidade da época.

Ratificando esse pensamento, Ariés (1995) fala que a mulher, naturalmente, não era participante da vida política nem da economia, a chamada mercantil, salvo se ela fosse pertencente a alta sociedade e que fosse viúva, fora essa situação ela estava estritamente proibida de participar da administração dos bens da família. Ela vivia isolada em seu mundo, indiferente aos acontecimentos na época. Um paradoxo com a situação que ela representava, tendo em vista que desempenhava um importante papel no controle social, no sentido de educar e contribuir para a formação do indivíduo e, ao mesmo tempo, estava confinada em seu lar, sem direito de opinar sobre sua própria vida.

Prost (1997) narra que durante anos a mulher era confinada dentro de casa e sua única função digna era a de cuidar do lar. Trabalhar fora de casa, estava totalmente fora do contexto de uma mulher decente, somente as de classe baixa faziam tal função. Esse modelo da mulher medieval perdurou por muito tempo, até mesmo na Idade Moderna, essa situação era tida como comum. A partir do XX, ocorreu uma inversão desses valores, o trabalho doméstico é visto como uma situação de inferioridade da mulher perante o homem, uma sujeição ao sexo oposto. E o trabalho fora do lar passa a ser visto por outra ótica, antes o que era tido como algo desprezível e pobre, agora passa a ser notado como a sinalização concreta da emancipação da mulher. Esse novo pensamento aparece de maneira gradativa, assim a noção de liberdade feminina veio ao longo desses anos se consolidando.

III. A SEXUALIDADE INFANTIL - DA ERA MEDIEVAL À MODERNA

Na idade medieval, era comum os adultos brincarem com as crianças, sem a observância do pudor, da moral, pois “*a prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum.*” (Ariés, 1981, p. 77). O brincar com as genitálias da criança era um hábito muito difundido. Ariés fala de uma gravura de Baldung Grien, de 1511, em que a criança está com as pernas abertas por um adulto e este descobrindo seu sexo e fazendo-lhe cócegas.

A sociedade da época pensava que a criança fosse indiferente a sexualidade, ao prazer e, por esta razão, se podia brincar com ela dessa maneira. O pensamento era que “*os gestos e as alusões não tinham conseqüência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se...mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equivocadas*” (Ariés, 1981, p. 80). Percebe-se então que tudo estava permitido na frente das crianças, uma vez que elas não tinham a malícia da sexualidade, esta era a visão.

A ausência do privado, do particular dentro da família é uma das principais fontes mantenedoras dessa situação, pois, não havendo o segredo no lar, as crianças eram expostas a tudo: “*Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas, elas ouviam e viam tudo*” (Pe de Damville, citado por Ariés, p. 77). Essa situação propiciava uma exposição muito grande da criança, o que a deixava vulnerável ao abuso sexual.

Apesar de se permitir tudo, ou quase tudo, o ato sexual era moralmente aceito dentro do contexto matrimonial, entre um homem e uma mulher, fora esta situação era tido como algo pecaminoso, que gerava culpa e, como a igreja preconizou, o castigo no purgatório. Goff (1981, p. 142) explana sobre essa questão quando fala da literatura sobre as visões do além, dentre elas se destaca a Visão de Wetti, monge do Sul da Alemanha, o qual relata que:

(...) viu um príncipe que reinava sobre a Itália, era Carlos Magno⁵, no purgatório...e vinha um animal que rasgava as suas partes sexuais, enquanto o resto do corpo nada sofria. Estupefato por ver aquele personagem que fora defensor da fé católica e da Igreja assim ser castigado, soube pelo anjo, em sua visão, que apesar de muitas ações louváveis e admiráveis, aquela personagem entregara-se a amores ilícitos...mas por fim estaria com os eleitos.

Dessa forma, o clero coibia a sociedade da época e criava nas pessoas o medo de serem levadas para o purgatório pelos seus pecados sexuais, assim o ato em si, a conjunção carnal, entre o adulto e a criança, estava embrenhada de culpa e medo. Fato percebido pela literatura da época, apesar de pouco se mencionar sobre isso, presumi-se que dado a liberdade, a qual as crianças eram submetidas entende-se que, tão pouco, eram poupadas de serem abusadas sexualmente. Por esta razão a noção de pecado e castigo disseminada na Idade Média pela Igreja dominante, ajudou, de certa forma, a proteger criança contra os abusos que ela estava exposta, não havendo para tanto uma coibição total, mas o que antes era realizado sem nenhum pudor diante das crianças, as brincadeiras e conversas com cunho sexual, o que proporcionava uma maior exposição dela para ser molestada, agora já era proibido e aquele que o fazia estava destinado ao purgatório. É uma visão criticada em nossos dias, mas teve sua contribuição importante, mesmo que sem a intenção de proteger a criança em um período em que ela estava completamente exposta aos infortúnios da vida e aos desejos dos adultos.

Deve-se, também, destacar que essa iniciativa do clero em filantropia não justificou os muitos crimes cometidos em nome da moral e dos bons costumes. Delumeau (1983, p. 200) destaca que essas punições imposta pela Igreja da época eram muito frequente àquele que prevaricasse contra as leis imposta por ele, devendo para tanto ser aplicada a penalidade e vista por todos, para haver uma fixação daquilo que poderia acontecer com aquele que desobedecesse os bons costumes, portanto, era costumeiro ver nas praças “as execuções com tortura...levavam-se as crianças para que as guardassem na memória.” Nesse

⁵ Carlos Magno edificou um poderoso império que se estendia dos Pirineus ao Elba e do Tibre ao mar do Norte. A glória de Carlos Magno estendia-se muito além do império Bizantino, pois mantinha relações de amizade com os mais poderosos reis monarcas do Oriente. (GRIMBERG, Carl. O império de Carlos Magno. Vol. 10. Santiago: Imprensa Cochrane S.A. 1989, p. 24).

sentido, a punição funcionava não somente como um corretivo para a sociedade, mas como um agente coercitivo, que não somente estava na consciência do adulto, mas na da criança e na do adolescente para que estes aprendessem com os erros dos outros. Dessa forma, a Igreja daquele século usava do terror para dominar a sociedade e ao mesmo tempo exercer seu poderio.

No decorrer do tempo, aos poucos floresceu a idéia de separar o adulto da criança, justamente, para se evitar certas situações que proporcionassem a vulnerabilidade e a exposição desta perante o adulto. Essa visão foi rebatida pelos moralistas e educadores do final da idade média, sendo que Gerson foi precursor desse movimento. “*Gerson estudou o comportamento sexual das crianças com o objetivo de ajudar os confessores, para que despertasse em seus pequenos penitentes – de 10 a 12 anos de idade – um sentimento de culpa*” (Aires, 1981, p. 80). Sem dúvidas, esse educador tinha uma visão além de seus contemporâneos. Aos poucos vai se fortalecendo esse pensamento e, no século XVII, surgiu manuais de etiquetas, destinados as crianças e literatura pedagógica para os pais e os educadores.

No século XV, houve uma transformação, as comunidades formadas por estudantes (crianças, adultos e velhos) transformou-se em institutos de ensino, passando todo o ensino de arte a ser ministrado nos colégios, este, por sua vez, também, foi submetido a uma hierarquia autoritária, que passou a ser ensinada no local. A partir de então, a população estudantil aumentou, não somente sendo destinada aos pobres, mas também aos filhos dos ricos, pois havia conquistado a confiança perante a sociedade. Os pais já confiavam a aprendizagem de seus filhos aos colégios, em vez de uma família estranha (Ariés, 1981, p. 110). Apesar dos avanços, a mistura de idades persistiu por muito tempo, somente no final da idade medieval que começou uma mudança gradativa neste sentido. O colégio torna-se então uma instituição fundamental para a sociedade, tendo em vista que ele se tornou o elemento formador do adulto.

Precisamente, nesse período de transição, surge com mais intensidade o poder disciplinador, primeiramente ele aparece nos colégios e dissemina para o Estado, antes ele já estava patente no clero dominante da época, esta forma de poder mostrar-se muito mais eficaz e abrangente, uma vez que é a força do mais fraco, o dominado, contra o mais forte, o

dominador, aquele que bate, explora e domina. (Foucault, 1975-1976, citado por Santos, 1999, p. 124).

Segundo Santos (1999), o Estado, por sua vez, sendo detentor desse poder, passa a reter uma certa competência de definir e fazer cumprir as ações do sujeito, com isso a articulação dele fica mais patente na legislação social. O Estado, trazendo para si esse poder disciplinador passa a legislar e a punir, determinando o que é certo e o que é errado, controlando e sendo um meio formador de opinião. Ainda nas palavras desse autor (p. 86).

A forma política do Estado que ao mesmo tempo que penetra mais profundamente na sociedade fá-lo através de soluções legislativas, institucionais e burocráticas que o afastam progressivamente dos cidadãos, aos quais, de resto, é pedida cada vez mais a obediência passiva em substituição da mobilização ativa. E esta presente na emergência e consolidação de uma ciência jurídica.

Observa-se, então, que a noção da sexualidade da criança, na Idade Média, passa a ser modificada na Idade Moderna, na primeira, a criança era tida como um pequeno ser sem desejos, podia-se fazer livremente brincadeiras com cunhos sexuais, que elas não seriam afetadas, enquanto que, na era moderna, surge uma nova visão da infância, esta deveria ser agora cuidada e resguardada de toda e qualquer exposição imoral e sem pudor, a que antes era submetida. O sentimento da inocência infantil aparece com a finalidade de preservar a criança das exposições que até então estava sujeita. A partir desse ponto aparece “*uma noção que impôs: a inocência infantil.*” (Ariés, 1981, p. 84). Havia regulamento que dizia: “*É preciso vigiar as crianças com cuidado e jamais deixá-las sozinhas em nenhum lugar*” (Ariés, p. 88).

Foucault (1998) expõe que diante dessa nova direção na ordem social, em que o autoritarismo do senhor feudal sai de cena para entrar o poder do Estado, a sexualidade começa a ser discutida, primeiramente, nos colégios, em seguida passa a ser uma preocupação do Estado. O homem passa a perceber o seu valor e a questionar o que ele faz, a sua própria conduta diante da família, do social. No próprio século XVIII, a literatura passa a dar ênfase a discussões sobre o sexo, o que antes era encoberto passa a ser debatido dentro da sociedade, como uma preocupação a ser resguardada, nasce, então, o sentimento de guarda a sexualidade, reduzindo as conversas sobre sexo, ao redor do sexo reino o silêncio. Dentro

dessa problemática, a liberdade antiga de discutir sobre sexo, fazer brincadeiras referentes à sexualidade da criança, começa a ser dizimadas no meio social, na família.

Segundo Gabel (1997, p.12), *“a abordagem que uma sociedade faz dos abusos sexuais está necessariamente ligada às mudanças nas relações entre os interesses do Estado, da família e da criança em particular, ao papel atribuído à criança numa sociedade determinada.* Tal situação foi observada, paulatinamente, na passagem da sociedade medieval à moderna, nesta há uma percepção diferente da criança, surgindo o dever de cuidar e protegê-la contra os abusos antes cometidos com naturalidade e, com esta nova visão, houve, conseqüentemente, uma transformação na legislação do Estado para assegurar este novo pensamento.

As descobertas de muitos pensadores, inclusive, Sigmund Freud, no final do século XIX, alavancaram novos entendimentos sobre a infância, Postman (1999, p.77) narra:

(...)Freud e Dewey cristalizaram o paradigma básico da infância que vinha sendo formado desde a invenção da prensa tipográfica: a criança como aluno ou aluna cujo ego e individualidade devem ser preservados por cuidados especiais, cuja aptidão para o autocontrole , a satisfação e o pensamento lógico devem ser aplicados , cujo conhecimento da vida deve estar sob controle dos adultos.

Bauman (1998) fala que, baseado nessa sistemática, o discurso médico e educacional formou o “fenômeno da sexualidade infantil”, apesar de sempre presente na história, como pode ser observado no transcorrer desse trabalho, o homem costumeiramente procurou colocar o assunto de forma obscura, a ponto de não ser contestado. Não obstante a essa situação, nesse século, como a criança passou a ficar mais em evidência e a ocupar um lugar de destaque na família, conseqüentemente, seus comportamentos, também, começaram a ser percebidos, a masturbação, por exemplo, foi um dos fatores primordiais para que o fenômeno da sexualidade infantil fosse percebido e despertasse um interesse da sociedade em reprimi-lo. O autor ainda fala:

O papel central, nessa articulação, foi desempenhado pelo pânico criado em torno da propensão da criança a se masturbar – considerada simultaneamente uma inclinação natural e uma doença, um vício impossível

de se erradicar e um perigo com incalculável potencial de dano... Em torno da luta interminável contra a ameaça da masturbação, foi construído um sistema completo de fiscalização e vigilância dos pais, médica e pedagógica.

Essa vigilância e disciplina imposta à infância não se equipara a disciplina aplicada nos séculos XVI e XVII, em que a sociedade distinguia a criança do adulto pelo fato de aquela ser vista como servil, aviltada pelo castigo corporal, tido como única forma eficiente de disciplinar (Ariés 1981, p. 117). A vigilância exposta no parágrafo anterior é aquela criada em prol do “fenômeno da sexualidade infantil”, visando combater a masturbação infantil e principalmente manter o controle nessa fase da vida. Bauman (1998), citando Foucault, fala que “o controle da sexualidade infantil esperava atingi-la através de simultânea propagação do seu próprio poder e do objeto sobre o qual se aplicava”.

Outro fator que contribuiu, para que a família ficasse mais unida, foi a formação de um Estado opressor, coercitivo ou até mesmo que não respondeu as expectativas da população. A família, os pais juntamente com seus filhos, encontra-se dentro de um modelo unificado, não aberto para o exterior, sendo uma forma de suplantar a falta deixada pelo Estado. Santos narra sobre a sociedade portuguesa (p. 128).

1 A sociedade portuguesa só é fraca e pouco autônoma se, seguindo o modelo das sociedades centrais, a identificamos com o espaço da produção ou com o espaço da cidadania. Se, ao contrário, atentarmos no espaço doméstico, verificamos que a sociedade civil portuguesa é muito forte, autônoma e auto-regulada ou, em todo o caso, é mais forte, autônoma e auto-regulada que as sociedades civis centrais. Aliás, é essa autonomia e auto-regulação que torna possível que o espaço doméstico preencha algumas das lacunas da providência estatal e assim se constitua em sociedade-providência, como lhe tenho chamado.

Muito se tem discutido sobre a natureza do Estado e um dos fatores primordiais para se explicar sobre esse assunto é a distinção do Estado e da sociedade civil. Sabe-se que um é complemento do outro, ao mesmo tempo que o primeiro é propulsor para a liberdade individual é, também, um agente coercitivo para tal questão, pois “o princípio da separação entre Estado e sociedade civil engloba tanto a idéia de um Estado mínimo como a de um

Estado máximo, e a ação estatal é simultaneamente considerada como um inimigo potencial da liberdade e individual e como a condição para o seu exercício” (Santos, p.118).

De acordo com Santos, na concepção liberal o poder é visto como uma forma conceituada, o poder político-jurídico e o lugar do seu exercício é o Estado, as demais formas de poder (família, empresas, por exemplo) são diluídas no conceito de relações privadas e de concorrência entre interesses particulares. Contudo, somente a partir do século XVIII, precisamente no momento em que a teoria liberal procurava identificar o poder social com o poder do Estado, surgiu nas sociedades modernas uma outra forma de poder bem mais disseminada e eficaz, o poder da disciplina” (Foucault citado por Santos, p. 124).

Segundo Santos, Foucault foi tão enfático na forma de proliferação de poder que ele se torna lato e autodestrutivo. É que se o poder está em toda parte, não está em parte nenhuma. Além disso existe um problema, não há especificação nas formas básicas do poder, tanto na concepção liberal ou foucaultiana.

Nesse contexto, Santos propõe uma via intermediária entre essas duas concepções. *“A proposta é que as sociedades capitalistas são formações ou configurações políticas constituídas por quatro modos básicos de produção de poder que se articulam de maneiras específicas, a saber: Espaço doméstico, de produção, da cidadania e mundial” (p. 125).*

Como qualquer outro espaço de poder, o doméstico tem suas especificações e a sua forma de atuação e sua hierarquia. Explanando sobre o assunto, Santos (1999, p. 126) fala que:

O espaço doméstico é constituído pelas relações sociais (os direitos e os deveres mútuos) entre os membros da família, nomeadamente entre o homem e a mulher e entre ambos (ou qualquer um deles) e os filhos. Neste espaço, a unidade de prática social são os sexos e as gerações, a forma institucional é o casamento, a família e o parentesco, o mecanismo de poder é o patriarcal, a forma juridicidade é o direito doméstico (as normas partilhadas ou impostas que regulam as relações quotidianas no seio da família) e o modo de racionalidade é a maximização do afeto.

Dentro desse contexto, a noção sobre a infância começa a se concretizar, passando gradativamente a ocupar um lugar de destaque dentro da família e da sociedade. Apesar de várias intempéries nessa época, o avanço na forma de olhar a criança é incontestável. Ela

ganha um lugar de grande importância no contexto familiar. Os pais a observa com mais cuidado, sendo que a responsabilidade de educar aumenta, pois o Estado começa a cobrar que os pais estejam mais presentes e sejam os agentes primordiais nas incumbências educativas da criança. Esta por sua vez não deve estar exposta a comportamentos e falas que irão prejudicar o seu desenvolvimento. Assim, a nova família moderna começa, gradativamente, a se formar, iniciando uma nova perspectiva para a contemporânea.

IV. ALGUNS ASPECTOS FÁTICOS DO ABUSO SEXUAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A noção do público e do privado vem se reformulando ao passar dos tempos, na Idade Média, não existia a concepção de separar esses dois meios, na Idade Moderna, começa a surgir uma leve tendência a não mais colocar a intimidade da família exposta para todos. Já na Pós-Modernidade, essa concepção começa a solidificar. Ariés (1997, p. 16) narra que *“a vida privada não é uma realidade natural, dada desde a origem dos tempos: é uma realidade histórica construída de diversas maneiras por sociedades determinadas.”* Verifica-se com isso que assim como o privado se estabeleceu na sociedade, primeiramente, dentro dos lares depois no convívio social, da mesma forma foi assim com o conceito de criança, o qual tomou forma e hoje faz parte de nosso cotidiano, como se ele sempre tivesse existido.

Ariés (1997) fala que o trabalho foi a mola propulsora para o esclarecimento de tal questão, tendo em vista que ele passou da esfera privada para a pública, emergindo como a primeira grande evolução do século XX. Em primeiro plano, ele contribuiu para separar essas duas visões, porque o trabalho que antes era exercido no âmbito familiar, todos juntos, não separando a família do exercício de subsistência, agora era colocado em outro ambiente físico e conseqüentemente separado do privado. O que, no início do século, era somente aceito para os burgueses, agora prepondera a divisão do espaço íntimo das atividades laborais, passando a ser visto como forma de sobrevivência para o povo, que antes tinha como estigma essa junção do trabalho e de sua vida particular. Dentro dessa esquematização, a família ganha certa autonomia, as “funções públicas” já estão em desuso, enquanto que ela passa a adquirir apenas suas “funções privadas”, mediante esse acontecimento emerge um novo indivíduo, com seu próprio espaço delimitado, cabendo a ele somente gerir seu lar. O mesmo autor ainda prescreve que:

No início do século, apenas os burgueses, proprietários ou rentistas ociosos, tinham pleno direito a uma vida privada. As classes populares se definiam, acima de tudo, pelo trabalho, e sua vida privada devia se submeter primeiramente às obrigações profissionais...No horizonte dessa evolução estão os lares compostos por uma única pessoa”. (Ariés, 1997, p. 33 e 60)

No decorrer desses acontecimentos, em que o indivíduo passa a ser valorizado não somente pelo que ele representa em sua família, mas, também, por ser ele próprio, principalmente com a chegada do século XXI, ele vem sendo agente causador e passivo de mudanças constantes, as quais lhe trazem a incerteza do que realmente ele está vivenciando e, principalmente, como se situa nesse contexto, sua vida foi sendo racionalizada de tal forma que ocorreu a necessidade de ele analisar e entender a modernidade para depois definir a fase de transição que ele está passando. Santos (2001 p. 20) discorre sobre o assunto:

(...) encontramos numa fase de transição pragmática entre o paradigma da modernidade, cujos sinais de crise me parece evidentes, e um novo paradigma com perfil vagamente descortinável, ainda sem nome e cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade.”

Dentro desse contexto, os valores inerentes à criança e ao adolescente e, conseqüentemente, os cuidados e proteção que necessitavam, passam por transformações significativas, ocupando espaço internacional. Em 1924 e em 1952, ocorreram duas reuniões em Genebra e em Viena, respectivamente, objetivando garantir a proteção e os cuidados devidos à criança. E em 1959, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, um documento válido mundialmente, que possui dez princípios básicos que garantem a proteção da criança, tido como um avanço vultoso em termos de reconhecimento da infância. (Ferrari & Vecina, p. 49 e 50, 2002).

A partir dessas iniciativas, as quais geraram outras com a mesma finalidade, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como alguém que necessita de cuidados e proteção. Atitudes válidas e dignas de honra, tendo em vista o objetivo nobre de resguardar a criança e o adolescente de maus-tratos e possíveis abusos por parte daqueles que deveriam protegê-los.

No Brasil, o Código de Menores de 1979⁶, que durou de 1979 até 1990, quando foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, consolidou a Política Nacional de Bem-Estar do Menor. Por intermedio desse Código, a criança e o adolescente tornaram-se alvo de medidas judiciais, assim, quando eram encontradas em “situação irregular” ou “envolvidas em casos previstos em lei”, eram colocadas à disposição da justiça e o Juiz de Menores

⁶ Lei Federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

decidiria, em nome da criança ou do adolescente, qual a melhor conduta para resguardar a formação física, psíquica e moral. Dessa forma, esse Código preconizava a intervenção do Estado sobre a família, dando pleno poder ao Estado de internar “menores em situação irregular” até a maioridade, advertindo os responsáveis, colocando em lares substitutos, abrigando em instituições educacionais, hospitalares, psiquiatrias, retirando, assim, dos pais o pátrio poder⁷.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal⁸, que estabelece em seu artigo 227:

(...) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Baseado nesses princípios, em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA⁹, o qual vigora até a atualidade. Esse Estatuto foi uma conquista muito significativa tanto para toda a sociedade como para a criança e o adolescente brasileiros, colocando-os não somente como objeto de intervenção do Estado, mas como sujeito de direito, independente do contexto sócio-cultural em que estão inseridos. O ECA preconiza, em seu artigo 15, que *a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis e humanos e sociais garantidos na Constituição Federal*.

Nestes 16 anos de vigência, o Estatuto da Criança e do Adolescente vem sendo alvo de numerosas propostas para sua alteração no Congresso Nacional¹⁰, entre elas o Projeto de Lei de 2003, de autoria da Deputada Federal Maria do Rosário, mais comumente chamado de Projeto de Lei Anti-Palmada, dispõe em seu art. 18A que:

⁷ No Estatuto da Criança e do Adolescente o termo “pátrio poder” foi substituído por “poder-familiar”.

⁸ Constituição Federal da República do Brasil, promulgada em 1988.

www.planalto.gov.br/legislação/constituição.

⁹ ECA – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

¹⁰ De 1994 a 2003 foram apresentados 185 Projetos de Lei, para alterar o ECA. www.planalto.gov.br. CEDI – Coordenação de Estudos Legislativos

A criança e o adolescente têm direito a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósito, no lar, na escola, em instituição de atendimentos público ou privado ou em locais públicos.

Esse artigo se respalda no § 8º do art. 226 da Constituição Federal, que coloca o Estado como o responsável pela assistência a cada membro da família, “*criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*”.

Por outro lado, a Constituição Federal discorre que “são invioláveis a intimidade, a vida privada” das pessoas (art. 5, inciso X), e no mesmo artigo narra que a família possui seu direito a privacidade, “a casa é asilo inviolável”.

Essa dicotomia de opiniões não significa dizer que na Carta Magna existe pareceres destoantes entre si, mas que ela se completa entre seus artigos, cabendo aos legisladores, preza-la por inteiro, antes de fazer qualquer projeto que venha distar entre seus fundamentos.

Por esta razão, entre os numerosos projetos de lei, que visam à alteração do ECA, o Projeto Anti-Palmada merece ser, brevemente, focado nesse trabalho, pois nele está contido a questão do público e privado e até que ponto o Estado pode intervir dentro da família, alterando a dinâmica e expondo o segredo do lar, assunto vastamente discutido na trajetória da formulação do conceito de criança.

Por um lado, entende-se que o referido projeto de lei busca a integridade física da criança e do adolescente, proibindo que o responsável adote medidas corretivas que haja contato físico, possuindo, dessa forma, boas intenções. Todavia o Estado não deve imiscuir-se no âmbito privado familiar, pois há uma autonomia garantida pela Constituição Federal para o livre gerenciamento do poder familiar, sendo, portando, respeitado as garantia mínimas tutelada pelo arcabouço jurídico. Outro fator importante, dentro dessa discussão, é o fato de o Estado, se não cumprida essa lei, devido a falta instrumentos sociais, ficar desmoralizado perante a sociedade, uma vez que promulgar leis e mais leis de nada adianta, pois é notório que a legislação brasileira, em relação a proteção da criança e do adolescente, é uma das mais atualizadas do mundo, entretanto, o que falta são instrumentos adequados para dar eficácia social a tais direitos.

Inserido nesse contexto, na atualidade, surge um novo sentimento voltado para o amadurecimento precoce da criança, exige-se dela um comportamento de um adulto, suas vestimentas são inspiradas em modelos sensuais, na verdade não é um novo sentimento, pois

como demonstrado nesse trabalho, ele é antigo, mas agora está com nova roupagem. Calligaris (1996) relata que, principalmente, na cultura brasileira ocorre uma tendência a vestir a criança como um “adulto em miniatura”. Dessa forma, a família, que tem o papel de proteger a criança, acaba colocando-a em uma posição de perigo, como um objeto de desejo sexual. Com essa situação, há o favorecimento da prostituição infantil, porque esta é exposta de forma sensual, incitando os desejos sexuais dos adulto.

Dessa forma, a infância fica exposta a inúmeros acontecimentos perturbadores para seu crescimento e desenvolvimento, não existindo mais a diferenciação do adulto e da criança em termos de informações transmitidas pela mídia. Postman (p. 95, 1999) relata que “*a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredo. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como a infância.*” Observa-se, então, o comprometimento do sentimento de inocência inerente à criança, não que esta esteja privada de qualquer tipo de informação, pelo contrário, ela deve, sim, saber sobre a vida, mas no momento certo, na fase adequada. O mesmo autor relata que o desenvolvimento sadio infantil está relacionado a criança acreditar que o adulto tem controle sobre seus impulsos violentos, sabendo distinguir o certo do errado. Dessa maneira, ela pode desenvolver sentimentos “*positivos sobre si mesma*”. E sem essas perspectivas, dificilmente, elas poderão possuir esperança, coragem e disciplina, sentimentos essenciais para a formação de um adulto sadio. Esse autor ainda frisa que:

(...) *a arena simbólica em que acontece o crescimento humano muda na forma e no conteúdo, e, em especial, muda na direção de não exigir diferenciação entre a sensibilidade do adulto e a criança, inevitavelmente as duas etapas se fundem numa só (Postman, p.113).*

Outro fator despertado na atualidade, que merece ser mencionado, é a distorção do termo de resguardar a criança e o adolescente contra abusos. Nota-se que tal situação está no extremo, antes a sexualidade da criança e do adolescente era negligenciada, depois surge um novo sentimento, os pais deveriam vigiar, constantemente, suas crianças para evitar os abusos sexuais, atualmente, a sexualidade encontra-se como um meio divisor da criança e seus pais. Bauman (p.187, 1997) relata que “*os medos de hoje provêm do desejo sexual dos pais, não das crianças*”, o que acarreta o distanciamento entre pais e filhos, estes devem estar longe dos carinhos e manifestações de amor daqueles. O mesmo autor, ainda, relata que:

(...)algum tempo atrás, a Grã-Bretania presenciou uma virtual epidemia de “exploração sexual das crianças”. Numa campanha amplamente divulgada, assistentes sociais, em cooperação com médicos e professores, acusaram dezenas de casais de investidas incestuosas contra seus filhos... As vítimas infantis eram forçosamente retiradas das casas dos pais... Apenas alguns dos casos publicamente discutidos eram levados a julgamento. Em certos casos, os pais acusados conseguiam provar sua inocência e tinham os filhos de volta.

Como diria Baumam (1997), “a ternura dos pais perdeu a inocência”, portanto é válido frisar que as medidas que visam prevenir as crianças contra abusos, principalmente, o sexual, são de extrema necessidade, porém deve-se colocá-las na medida certa, pois quando ocorre o extremo para um dos lados, acontece a patologia, ocorrendo o adoecimento da relação pai/mãe-filho, uma vez que o adulto fica privado de dar atenção, amor e carinho para a criança, conseqüentemente esta por sua vez reflete, no decorrer de sua vivência, insegurança, medo e até mesmo poderá apresentar comportamentos e sintomas patológicos, ocasionados pela ausência de afeto na infância.

Portanto, pode-se constatar que na pós-modernidade surge numerosos fatos que colocam a criança à disposição do abusador, por esta razão faz-se necessário uma política voltada para a conscientização da sociedade, uma política que faça o homem ver a criança e o adolescente como um ser que necessita de cuidado, proteção e, principalmente, de uma família que exerça o papel de continente social no cotidiano da criança, de forma amorosa e disciplinadora, para que haja um desenvolvimento saudável.

CONCLUSÃO

Os aspectos que foram abordados nesse trabalho serviram para expor as condições que ao longo da história a criança e o adolescente foram submetidos, focando em especial o abuso sexual. Sabendo que o abuso não é um fato isolado, mas uma rede social que se forma e propicia o seu aparecimento e o mantém.

Fruto desses abusos, os castigos cruéis tanto físicos como psicológicos estavam de forma patente no cotidiano desses pequenos, pois inúmeros são os relatos históricos dos abusos sexuais. Lourenz e Powel, citado por Azambuja (2004), expõem que desde tempos antigos a criança estava a disposição da crueldade, como objeto passivo na prática da violência, situação tida como normal para essas civilizações. Contudo percebe-se, como relatado no trabalho, que surgiram movimentos em prol da proteção desses indefesos, como por exemplo, o Código de Hamurábi, no oriente antigo, em uma época que a mulher e a criança simplesmente não eram protegidas, nem sequer eram contadas nos censos realizados. Esse Código foi um grande passo contra essas injustiças cometidas na época, mesmo que abrangendo uma parcela dessa população, pois esse instrumento estava restrito ao oriente antigo, mesmo assim ganhou espaço notório e até nos dias atuais ele é citado como um dos primeiros documentos que visava à proteção da criança.

Percebe-se que a noção de infância veio a ter início no final da Idade Média, pois até então não havia um sentimento de infância. Ariés (1981) fala que existia pequenos adultos, os quais eram submetidos a todos os gostos de seus “cuidadores”, o que era evidenciado pelos escritos deixados da época, a própria arte era a que mais exemplificava essa noção, pois as crianças eram retratadas como “adultos em miniaturas”. A criança vivia juntamente com homens e mulheres que nada escondiam dela e que a tinha como objetos de diversão. Dessa forma, ela estava exposta às sevícias sexuais de qualquer adulto.

Em meio a essa situação, a população medieval começou a diminuir, a criança que amanhã seria um adulto, morria cedo, não resistindo aos infortúnios aos quais era submetida. O que significa que a mão-de-obra estava escassa e corria o risco de acabar, a Igreja da época e o Estado promoveram, então, um movimento que passava a responsabilidade aos pais em

especial à mãe pelos cuidados devidos à criança. Assim, a família ficava responsável pelos seus filhos (Aréis, 1981).

Outros sentimentos foram surgindo ao decorrer da história, no início da Idade Moderna, por exemplo, o interesse pela criança era meramente a continuidade da linhagem.

Segundo Covisier (1976), “*as crianças eram consideradas o rebento do tronco comunitário*”. Contudo esse modo de perceber a criança não foi mantido por muito tempo, tendo em vista as grandes mudanças no campo social nesse período, ela passou a ocupar um lugar especial na família, criando-se uma afetividade que antes não existia. Percebe-se, então, que a criança passa a ser vista como alguém que necessita de cuidados e proteção. Enfim, o “*pequeno adulto*” ganha status de criança, portanto a infância ganha seu espaço na sociedade.

Discorrer sobre o abuso sexual e não falar sobre a sexualidade infantil seria uma grande lacuna, por esta razão a sexualidade sempre foi abordada nesse trabalho como uma das molas propulsoras do abuso, uma vez que ao expor a criança a situações que a levam a ser vista como objeto de desejo sexual, ela fica vulnerável, sendo, portanto, uma vítima em potencial.

Constata-se que, entre o final da Modernidade e início da Pós-Modernidade, as políticas voltadas a defesa da criança e do adolescente ganharam ênfase e a sociedade passou a exigir uma maior atitude por parte do Estado. Não obstante a isso, ocorre um novo problema, a extremidade, a infância que antes passava despercebida diante dos olhos da sociedade, agora passou a ser um fator de distanciamento entre pais e filhos. Bauman (1997) relata que os anseios, as angústias da atualidade originam-se do “desejo sexual dos pais” e não das crianças. É, justamente, o adulto que torna a criança sensual, vestindo-a de forma a transpirar sensualidade, e não se pode contestar que um dos maiores causadores para tal situação é a mídia, uma formadora de opinião em massa. Postman (1999) relata que a mídia por sua vez encontra-se em uma posição de poder, sendo impossibilitada, por ela mesma, de reter qualquer segredo, contudo constata-se que sem o segredo, sem a noção do privado a infância, simplesmente, deixa de existir.

Essa noção do público e do privado foi um dos temas relevantes para esta monografia, tendo em vista que a família somente se solidificou quando os seus membros passaram a fechar a porta para o externo, para a rua e começaram a manter o segredo dentro do lar. Verificou-se, no decorrer deste trabalho, que esse sentimento de público e de privado foi sendo reformulada ao passar dos tempos, na Idade Média, simplesmente, não existia a idéia de separar esses dois meios, na Idade Moderna, começa a emergir, timidamente, uma

tendência a não mais colocar a intimidade da família exposta para todos. Enquanto que na Pós-Modernidade, essa concepção começa, aparentemente, a solidificar. Ariés (1997) discorre que a vida particular, no seio da família, é uma realidade natural que vem sendo construída ao decorrer da história da humanidade.

Por fim, com base no que foi exposto, é interessante um questionamento sobre os valores que a criança está adquirindo na atualidade, exposta, sem nenhuma censura devida a sua idade, aos inúmeros acontecimentos do cotidiano. Seria possível o homem retroceder na história e transformar a criança no “*adulto em miniatura*”, que tanto Aréis menciona em seus trabalhos desenvolvidos sobre a história da família? Pelo ponto de vista lógico, seria impossível esse retrocesso, até mesmo pelos grandes avanços nas políticas referentes a essa área, todavia poderá haver, sim, uma tendência a tornar a criança mais amadurecida precocemente, levando-a a estar mais exposta ao abuso sexual, uma vez que ela, vista como adulto, passa a despertar desejos sexuais, por outro lado, não obstante ao amadurecimento precoce da criança, deve-se afastá-la de condutas que afloram precocemente a sexualidade, assim não estará despertando o desejo nos adultos.

BIBLIOGRAFIA

- Aríes, P. & Duby, G. (1997). **História da Vida Privada – Da Primeira Guerra a nossos dias**. Trad. Denise Bottaman. São Paulo: Companhia das Letras.
- Aríes, P. & Duby, G. (1991). **História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Fiest. São Paulo: Companhia das Letras.
- Aríes, P. (1981). **História Social da Criança e da Família**. Trad. Dora Flsksman. 2ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Azambuja, M. R. F. (2004). **Violência Sexual intrafamiliar. É possível proteger a criança?**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Bauman, Z. (1998). **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Trad. Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar.
- Calligaris, C. (1996). **Crônicas do Individualismo Cotidiano**. São Paulo: Ática.
- Corvisier, A. (1976). **História Moderna**. Trad. Rolando Roque da Silva e Carmem Olívia de Castro Amaral. São Paulo: Difel.
- Cáceres, F. (1996). **História Geral**. (4ª ed.). São Paulo: Editora Moderna.
- Ferreira, O. L. (1988). **História do Brasil**. (13.ed). São Paulo: Editora Ática.
- Delumeau, Jean. (1983). **O Pecado e o Medo: A culpabilidade no Ocidente - séculos 13-18**. (Vol. I). Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: EDUSC.
- Durant, Will. (1957). **História da Civilização – 2ª parte – Nossa Herança Clássica à Vida na Grécia**. Trad. Gulnara de Moraes Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Ferrari, C. A. D. & Vecina, C. C. T. (Orgs). (2002) **O fim do silêncio na violência familiar – Teoria e prática**. São Paulo: Ágora.
- Foucault, M. (1998). **História da Sexualidade II. O uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- Gabel, M. (Org.). (1997). **Criança vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus.
- Goff, J. (1993). **O Nascimento do Purgatório**. Trad. Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. São Paulo: Estampa.

- Landini, S. T. (2005). **Horror, Honra e Direitos – Violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX**. Tese de Doutorado. Instituto de Sociologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Prost, A. & Vicent, G. (1997). **A família e o indivíduo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.
- Postman, N. (1999). **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia.
- Ramos, F. P. (2000). **A História trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. 2^a ed. São Paulo: Contexto.
- Santos, S. B. (1999). **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. 6.ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Venâncio, R. P. (1999). **Famílias abandonadas: Assitência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus.